



OBSERVATORIO  
NACIONAL DOS  
**CIRVER**

Rua da Murgueira, 9/9º – Zambujal  
Apartado 7585  
2611 – 865 Amadora

12.ª Reunião do Observatório Nacional dos CIRVER

24 de setembro de 2014

## ASSENTO DA REUNIÃO

O Presidente, deu as boas vindas aos membros do Observatório Nacional dos CIRVER (ONC) presentes (lista e acrónimos em anexo) e aos representantes do CIRVER ECODEAL. Seguidamente foi aprovada a ordem de trabalhos, tendo sido discutidos os seguintes assuntos:

### **Ponto 1: Aprovação do assento da 11.ª reunião**

Sobre o assento da 11.ª reunião foi sugerido pelo representante da CIP, Faria e Santos, que sempre que há referência a intervenções dos membros do ONC, deve vir referido o nome do membro do Observatório e não apenas a entidade que representa.

O assento da 11.ª reunião foi aprovado por unanimidade.

### **Ponto 2: Evolução da gestão de resíduos perigosos em Portugal**

Foi apresentado por Márcia Machado da APA, um relatório com os principais dados quantitativos relativos à gestão de resíduos perigosos em Portugal (evolução dos quantitativos de resíduos perigosos produzidos em Portugal entre 2008 e 2013, operações de tratamento de destino dos mesmos, evolução dos quantitativos de resíduos recebidos nos CIRVER entre e 2013 e evolução das entradas e saídas de resíduos perigosos). Relativamente ao relatório foi sugerido pelo representante da CIP, Faria e Santos, que o mesmo se deveria intitular “Gestão quantitativa de resíduos perigosos em Portugal” e que futuramente deveria tentar apresentar não apenas uma análise quantitativa, mas também por exemplo uma análise financeira do sector. Márcia Machado da APA, esclareceu que o relatório apresentado constitui uma base para a elaboração futura de um relatório mais completo sobre o tema da gestão dos resíduos perigosos.

### **Ponto 3: Apresentação da recomendação a dirigir ao SEA sobre acessibilidades ao Ecoparque do Relvão**

Tal como tinha sido acordado na última reunião, foi apresentada pela ARS e pela Câmara Municipal da Chamusca, uma proposta de recomendação para ser dirigida ao SEA, sobre a questão das acessibilidades ao Eco-Parque do Relvão.

O Presidente da Câmara Municipal da Chamusca, Paulo Queimado e a representante da ARS-LVT, Vera Noronha voltaram a frisar que as deficientes vias de acesso ao Eco-Parque continuam a representar um risco para as populações, e que com a instalação de mais empresas, o trânsito que atravessa as localidades será cada vez mais intenso.

Paulo Queimado, informou ainda que os camiões com destino ao Eco-Parque circulam por vias junto a linhas de água que abastecem os campos de cultivo de arroz, sendo que a ocorrência de um acidente poderia culminar na contaminação das linhas de água e comprometer o sector da produção de arroz. Informou ainda que o concurso do novo traçado do IC3 ficou na fase de adjudicação, tendo sido já seleccionada a adjudicatária. No que diz respeito aos acessos entre o nó do IC3-Chamusca Norte e o Eco-Parque do Relvão, o município da Chamusca tem um estudo de projecto para uma circular externa, de forma a garantir o acesso à zona industrial por fora das zonas residenciais.

A representante da CCDRLVT, Teresa Bernardino, informou que a Presidência da CCDRLVT questionou o Sr. SEA sobre se a decisão de não construir as acessibilidades ao Eco Parque do Relvão tinha tido em conta o risco associado ao transporte de resíduos perigosos ou se foi uma decisão meramente baseada em questões financeiras. Não foi recebida resposta até à presente data.

O representante da CPADA, Rui Berkemeier sugeriu que a proposta de recomendação sobre as acessibilidades apresentasse vários cenários para além do cenário da construção do IC3.

O representante da AdC, Miguel Moura e Silva, sugeriu que o secretariado do ONC fizesse um texto com base no apresentado pela Câmara Municipal da Chamusca e pela ARS-LVT, para que a recomendação sobre as acessibilidades se constituísse como um documento do ONC.

Após as intervenções de vários membros do ONC, concluiu-se que o documento relativo às acessibilidades é muito importante e oportuno, e que deverá “ ser o ONC a produzir uma recomendação sobre as questões nele suscitadas, tendo-se acordado que o respetivo projeto será enviado por *e-mail* para todos os membros para aprovação antes da próxima reunião.

#### **Ponto 4: Apresentação da IGAMAOT**

Não tendo comparecido nenhum representante da IGAMOT, foi apenas apresentado o ofício enviado pelo referido organismo, em resposta ao pedido do ONC, com indicação do número de inspecções realizadas desde 2009 a operadores de tratamento de resíduos perigosos e o número de autos levantados.

O representante da CPADA, Rui Berkemeier, expressou que gostaria que houvesse um relatório com os resultados da Acção de Controlo de Resíduos Perigosos e sugeriu que deve ser realizada nova acção uma vez que continua em dúvida se há desclassificação de resíduos perigosos para não perigosos. Referiu também que uma área muito significativa do país, ou seja a área da competência da CCDR-LVT não foi fiscalizada, sendo que seria importante esta área ser coberta pela Acção.

A representante da CCDRLVT, Teresa Bernardino, informou que foi aprovada uma legislação que permite regularizar o licenciamento de instalações ilegais, localizadas em áreas em que a respetiva atividade é incompatível com o PDM em vigor. Esta

legislação prevê a suspensão de processos de contra ordenação, enquanto durar o período de regularização dessas instalações, o que torna ineficaz qualquer ação de fiscalização realizada.

Reforçou, ainda, a falta de recursos humanos que levou a CCDRLVT a indicar para a SEA uma lista de empresas a fiscalizar, no âmbito da ação de 2013, sem que tenha havido feedback da mesma.

O Presidente do ONC, Francisco Barracha, informou que o Observatório tem que cumprir a sua missão, e não preocupar-se com os recursos humanos da CCDR-LVT.

O Presidente do ONC Francisco Barracha, decidiu que deve fazer-se nova recomendação ao SEA sobre este assunto.

#### **Ponto 5: Apresentação dos CIRVER: exploração dos CIRVER em 2014**

O CIRVER ECODEAL através do seu representante Manuel Simões, fez uma apresentação sobre a actividade da empresa em 2014, tendo informado que este ano as previsões apontam para o tratamento de menos resíduos do que os previstos no projecto. Abordou ainda a questão da desclassificação de resíduos, sendo que na opinião do CIRVER ECODEAL existem resíduos que deveriam ser classificados como perigosos, que são classificados como não perigosos para o seu tratamento ter menores custos. Foi abordada ainda a questão do vazio legal sobre a descontaminação de solos. O CIRVER ECODEAL concluiu a sua apresentação sugerindo que deverá ser realizada por uma entidade independente, coordenada pelo ONC, um estudo/análise do sector dos resíduos perigosos em Portugal, sua classificação, produção, movimentação e tratamento. Sugeriu também que deverá ser feita uma análise da actividade do CIRVER ECODEAL onde deverá ser verificado o cumprimento das obrigações das partes no que se refere ao contrato de atribuição da licença CIRVER. As conclusões deste estudo deverão servir ao ONC para emitir recomendações dirigidas às entidades licenciadas sobre aspectos relacionados com a gestão dos CIRVER, emitir recomendações dirigidas às entidades licenciadora e coordenadora, bem como às entidades licenciadas, sobre aspectos relativos à actividade licenciada e alertar o Governo e as autarquias locais para a verificação de situações anómalas no sector e propor a adopção de medidas tendentes à sua correcção.

Sobre a situação financeira dos CIRVER, o representante da CIP, Faria e Santos, lamentou que na resposta dada aos CIRVER por parte da APA sobre a prorrogação do prazo da licença, não tenha sido focado o ponto da sustentabilidade financeira destas instalações.

#### **Ponto 6: Novidades sobre a legislação**

Sobre a legislação relativa a solos contaminados, Cristina Carrola da APA, informou que a proposta de legislação consta de um decreto-lei e de uma portaria, estando as mesmas para apreciação no gabinete do SEA. Referiu ainda que está em revisão o Regime Geral de Gestão de Resíduos publicado pelo Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro e alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho. Relativamente ao projecto das e-GAR, guias de acompanhamento de resíduos electrónicas, informou que a Autoridade Tributária (AT) está a trabalhar no formulário

da guia, estando também a ser preparado um protocolo de colaboração entre a APA e a AT. Terá ainda que ser desenvolvido um trabalho de ligação de dados entre o formulário da e-GAR e o Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR). Sobre o fim de estatuto de resíduo para o composto, informou que está para apreciação no Ministério do Economia uma proposta de diploma.

#### **Ponto 7: Classificação de resíduos**

O CIRVER ECODEAL tinha preparado uma apresentação sobre caracterização de resíduos em termos de perigosidade, mas que não pôde ser apresentada por falta de tempo, tendo no entanto os *slides* da mesma sido distribuídos aos membros do ONC.

#### **Ponto 8: Diversos**

##### **- Tópicos para o Plano de Actividades para 2015**

O Presidente do ONC, Francisco Barracha, referiu que os membros do ONC devem enviar contributos para o próximo plano de actividades. No seguimento da apresentação que o CIRVER ECODEAL pretendia fazer, sugeriu que no próximo plano de actividades fosse proposta a realização de um *workshop* sobre classificação de resíduos, a realizar na Chamusca.

O representante da CPADA, Rui Berkemeier, sugeriu que para o próximo ano fosse feita uma avaliação ao sector do tratamento de resíduos perigosos, que focasse os seus problemas e as eventuais melhorias.

O Presidente do ONC sugeriu que no próximo ano se reflectisse sobre o alargamento das competências ou do âmbito de actuação do ONC a todos os resíduos perigosos.

A próxima reunião realizar-se-á no início do próximo ano.

Não havendo mais assuntos a tratar deu-se por encerrada a reunião.

# ANEXO

## Lista de presenças na 11.ª reunião do ONC

<b>Organismo</b>	<b>Acrónimo</b>	<b>Nome</b>
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia	Presidente	Francisco Barracha
Agência Portuguesa do Ambiente	APA	Cristina Carrola; Joana Sabino
APA-secretariado técnico	MM	Márcia Machado
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	CCDR	Teresa Bernardino
Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo	DRE	Paula Lança João Pimentel
Autoridade da Concorrência	AdC	Manuel Cabugueira Miguel Moura e Silva
Associação Nacional de Municípios Portugueses	ANMP	Paulo Queimado
Câmara Municipal da Chamusca	CMC	Cláudia Moreira
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo	ARS	Vera Lúcia Santos Noronha
Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente	CPADA	Rui Berkemeier
Confederação Empresarial de Portugal	CIP	Faria e Santos